DISSERTAÇÃO MODELO

A persistência do trabalho análogo ao de escravo no Brasil contemporâneo

Apesar dos avanços legislativos e dos tratados internacionais voltados à promoção dos direitos humanos, o trabalho análogo ao de escravo ainda é uma realidade preocupante no Brasil. Marcada por jornadas exaustivas, condições degradantes e cerceamento da liberdade, esse tipo de exploração persiste em diversas regiões do país, sobretudo em áreas rurais e em setores informais, e é agravada pela pouca fiscalização dos locais propícios a essas irregularidades. Nesse contexto, é urgente discutir os fatores que favorecem a manutenção dessa prática e os caminhos para sua erradicação.

Historicamente, o Brasil apresenta raízes profundas no sistema escravista – isso porque há estruturas socioeconômicas que influenciam dinâmicas do trabalho análogo ao de escravo. Com efeito, a precarização da mão de obra (vista em denúncias de salários baixos, na falta de direitos trabalhistas e no ambiente perigoso ou insalubre), aliada à vulnerabilidade social de grupos marginalizados está naturalizada, o que favorece a reincidência de situações de exploração. Prova disso é que, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos últimos 30 anos, 65 mil trabalhadores em situação de trabalho escravizado foram resgatados, evidenciando que o problema permanece.

Além disso, a fiscalização insuficiente contribui para a perpetuação desse cenário. A atuação dos auditores fiscais do trabalho, embora essencial, ainda é limitada devido à escassez de recursos, o que pode ser comprovado pelas informações do jornal eletrônico Brasil de Fato, segundo o qual existem, no Brasil, apenas 1.888 auditores em exercício, contrariando a previsão da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prescreve 1 auditor para cada 20 mil pessoas economicamente ativas. Essa lacuna se soma aos grandes desafios logísticos enfrentados por regiões remotas, como a ausência de sinal de celular, o que dificulta denúncias de casos como esse.

Logo, tendo em vista tais dificuldades, cabe ao Governo Federal investir em campanhas educativas, não só para reafirmar os direitos do trabalhador, como também divulgar os canais de proteção, além do que é preciso intensificar a fiscalização, por meio de tecnologias digitais, como aplicativos e plataformas de denúncia anônima. Com isso, objetiva-se a erradicação progressiva do trabalho escravizado contemporâneo, promovendo, assim, dignidade e direitos trabalhistas já previstos na legislação brasileira.

Por Luiza Magalhães
Coordenadora Pedagógica da Redigir